



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO**



COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.281, de 2016 016/2016

(Da Sra. Deputada Telma Rufino)

Institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil, com a Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF e com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, nos termos desta Lei.

§ 1º A regularização de terras rurais, nos termos desta lei, é de interesse público e social.

§ 2º A política definida nesta Lei deverá ser adequada, no que couber, às premissas e diretrizes estabelecidos pelo Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, quando de sua aprovação.

Art. 2º Para efeitos de aplicação da Política de Regularização Fundiária do Distrito Federal, entende-se por:

I - **acertamento fundiário**: procedimento de regularização fundiária propriamente dito, quando estarão dissipadas incertezas a respeito da localização dos imóveis, de suas linhas poligonais e confrontações, da área e do cadastramento de dados em bases geoposicionadas por satélites, além da eliminação de incertezas a respeito do efetivo titular do direito de propriedade imobiliária, viabilizando a individualização da matrícula.

II – **accessão**: tudo o que se une ou se incorpora inseparavelmente e de forma acessória, a um bem ou propriedade, de forma natural ou artificial;

III – **beneficiário**: o legítimo ocupante apto a firmar ou que já tenha firmado vínculo jurídico com o Distrito Federal ou com a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, nos termos desta lei;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



IV – Concessão de Direito de Uso Oneroso – CDU: instrumento pelo qual, a Administração Pública transmite ao particular, de forma onerosa, e mediante retribuição anual previamente fixada, o uso privativo de terra pública rural de sua propriedade, em gleba sem matrícula individualizada;

V – Concessão de Direito Real de uso – CDRU: instrumento público pelo qual a Administração Pública transfere ao particular, de forma onerosa e mediante retribuição anual previamente fixada, o direito real resolúvel de uso de imóvel rural de sua propriedade;

VI – concessionário: diz-se de ou pessoa particular, física ou jurídica, a quem se outorgou e que explora, uma concessão;

VII – gleba com característica rural inserida em zona urbana: porção de terra inserida na Macrozona Urbana com utilização rural ou ambiental, assim reconhecida pela Administração Pública;

VIII – gleba rural: porção de terra inserida em Macrozona Rural;

IX – imóvel rural: gleba rural ou gleba com característica rural inserida em zona urbana, com matrícula própria;

X – legítimo ocupante: pessoa física ou jurídica que ocupe terra rural, exerça atividade rural ou de preservação ambiental e preencha as condições e requisitos estabelecidos nesta lei, assim reconhecidos pela Administração Pública;

XI – Plano de Utilização da unidade de produção – PU: consiste de peça técnica de responsabilidade do requerente ou concessionário, elaborada com base em regulamento próprio da Administração Pública, que firma compromisso da utilização da terra rural;

XII – porção de terra pública: parte de terra pública, destinada ao uso rural que foi repartido, dividido, e é utilizada por meio de ocupação para o desenvolvimento de atividade econômica, sob a forma de exploração agrícola;

XIII – terra nua: o solo, com sua superfície e respectiva vegetação nativa, despojado de construções, instalações ou melhoramentos das culturas permanentes, árvores de florestas plantadas e das pastagens cultivadas ou melhoradas, que se classificam como investimentos ou benfeitorias;

XIV – terra rural: gleba rural ou com característica rural, inserida em zona urbana; e,

XV – venda direta: modalidade de alienação na qual o domínio do imóvel rural e transferido diretamente aos beneficiários;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



Art. 3º São objetivos da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à TERRACAP:

I - promover a regularização de ocupações em terras públicas rurais;

II – promover a regularização fundiária das terras públicas rurais, nas esferas registral e ambiental;

III – ordenar a ocupação e a exploração do território rural do Distrito Federal, em harmonia com os dispositivos legais mencionados no art. 1º.

§ 1º As terras rurais que vierem a ser incorporados ao patrimônio do Distrito Federal ou da TERRACAP, poderão ser regularizadas, nos termos desta Lei.

§ 2º A ocupação e a exploração das terras públicas rurais, não contempladas nesta Lei, obedecerão às finalidades estabelecidas no art. 346, incisos I a VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 4º No cumprimento dos objetivos da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais, instituída por esta Lei, será observado:

I – a gleba a ser regularizada deverá ter destinação rural, com o efetivo exercício da atividade de agricultura, pecuária, agroindústria, turismo rural ou ecológico, preservação ambiental ou reflorestamento, além das atividades de suporte à produção, conforme regulamento;

II – a regularização da ocupação contínua, incidente sobre terras rurais registradas em matrículas distintas, será feita por meio de instrumento único;

III – a regularização da ocupação incidente em terra rural dividida por via pública ou sobreposta a macrozonas diferentes, será feita por meio de instrumentos distintos, para o mesmo ocupante.

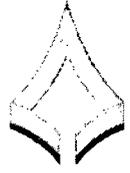
IV – as glebas com características rurais inseridas em zona urbana, serão regularizadas como áreas rurais, desde que atendam ao disposto nos arts. 278 a 283 do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT-DF;

V – as glebas com características rurais inseridas em zona urbana considerada Área de Regularização de Interesse Social – ARIS ou Área de Regularização de Interesse Específico – ARINE, conforme definido no PDOT, deverão integrar o plano de regularização de seus respectivos setores e serão adequadas às diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, quando aprovado; e,

VI – o ocupante de terra pública rural, que preencher os requisitos descritos nos incisos I a V do art. 7º desta Lei, e que, no curso do processo de regularização for constatada a interferência da gleba com área destinada à implantação de projeto de interesse público, poderá ser realocado para outra gleba, a ser disponibilizada pelo poder público, com dimensões e características equivalentes, preferencialmente localizada no mesmo núcleo rural ou na bacia hidrográfica da área original.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



§ 1º O Poder Público, ao instituir ou implementar projetos de interesse público que se sobreponham à terra rural cujo ocupante preencha os requisitos do art.7º desta Lei, deverá, preferencialmente à relocação prevista no inciso V, implementá-los em terra pública desocupada, adjacente ou próxima.

§ 2º A relocação prevista no inciso V, somente será viabilizada após justa e prévia indenização das benfeitorias e acessões existentes.

Art. 5º Ficam, o Distrito Federal e a TERRACAP, autorizados a conceder o uso oneroso ou alienar, as terras públicas rurais de que são proprietários no território do Distrito Federal e as que vierem a ser incorporadas ao seu patrimônio, dispensada a licitação, diretamente ao legítimo ocupante, nos termos esta Lei.

Parágrafo único. Para as terras públicas rurais que não tiverem certidão de matrícula individualizada, será certificada a ocupação em processo administrativo junto à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI.

Art. 6º Fica o Distrito Federal autorizado a receber terras rurais da União e incorporá-las ao seu patrimônio e a promover sua regularização, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. As terras públicas rurais da recebidas da União, não regularizadas, serão destinadas prioritariamente aos Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais.

Art. 7º Para ser beneficiário da regularização prevista nesta Lei, o ocupante de terra pública rural deverá iniciar o procedimento administrativo junto à SEAGRI, a fim de comprovar os seguintes requisitos:

I – ocupação de:

- a) gleba rural, com área não inferior a dois hectares;
- b) gleba com característica rural inserida em zona urbana, na forma estabelecida no art.4º, inciso IV.

II – ocupação efetivada anteriormente a:

- a) 5 de dezembro de 2008, por si; ou,
- b) 27 de agosto de 2004, por sucessão.

III – Atividade rural ou ambiental efetiva, dando à gleba que ocupa, sua destinação legal em cumprimento à função social da terra;

IV – não ser concessionário de outra terra rural pertencente ao Distrito Federal ou à TERRACAP, mediante comprovação por termo de declaração emitido pelo ocupante;

V – estar adimplente perante a Fazenda Pública do Distrito Federal, a TERRACAP e a SEAGRI;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



VI – estar adimplente com o Imposto Territorial Rural – ITR; e,

VII – apresentar inscrição da gleba no Cadastro Ambiental Rural – CAR, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Parágrafo único. A SEAGRI estabelecerá, em regulamento, os procedimentos para atendimento ao disposto neste artigo.

Art. 8º Os instrumentos jurídicos para concessão de uso e alienação das terras públicas rurais objeto desta Lei são:

I – Concessão de Uso Oneroso – CDU, com vigência de trinta anos, renovável por igual período, mediante retribuição anual;

II – Concessão de Direito Real de Uso – CDRU:

a) mediante retribuição anual, com prazo determinado e vigência de trinta anos, renovável por igual período; ou,

b) mediante alienação do direito real de uso, por prazo indeterminado.

III - escritura de compra e venda.

§ 1º A gleba com característica rural inserida em zona urbana será regularizada por meio da CDU ou da CDRU, com opção de compra do direito de uso, conforme regulamento.

§ 2º Estando a ocupação da terra pública rural regularizada por meio da CDU e em sendo efetuado o registro da individualização do imóvel rural, o concedente terá o prazo máximo de um ano para notificar o concessionário para a celebração da CDRU.

§ 3º A escritura da CDRU será lavrada com opção de compra do imóvel rural, conforme regulamento.

§ 4º Para exercer o direito de compra do imóvel rural, o beneficiário deverá estar adimplente com o contrato e com a Fazenda Pública do Distrito Federal.

§ 5º Ficam a TERRACAP e o Distrito Federal, autorizados a efetuar o registro da individualização da terra pública rural para fins de cumprimento do disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo.

§ 6º Os custos cartoriais de abertura de matrícula individualizada das áreas públicas rurais são de responsabilidade exclusiva da TERRACAP, não podendo repassá-los ao legítimo ocupante.

Art. 9º A CDU e a CDRU são instrumentos hábeis para a obtenção de crédito rural, podendo constituir garantia para as operações de investimento.

§ 1º A constituição de garantia para crédito de investimento, em face da CDU e da CDRU é condicionada à prévia anuência do concedente.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



§ 2º A operação de crédito rural garantida pela CDU ou pela CDRU ficará vinculada à respectiva terra pública rural concedida.

Art. 10 A CDU e a CDRU são transferíveis *inter vivos* e *causa mortis*, condicionada a anuência do concedente, não podendo ser objeto de penhora ou de arresto, salvo se resultar de garantia de operação de crédito rural tomado em instituição financeira com atuação no Distrito Federal, desde que mantidas as condições expressas no contrato original, em conformidade com o regulamento desta Lei.

§ 1º O adquirente ou herdeiro fica obrigado a requerer a anuência do concedente para a transferência junto à SEAGRI, no prazo de noventa dias corridos, contados da efetiva transferência ou partilha de bens.

§ 2º Em caso de inadimplemento, as terras vinculadas à operação de crédito rural, poderão ser levadas a leilão público a ser realizado pela instituição financeira credora, para se constituir nova CDU ou CDRU a novo concessionário.

§ 3º Em caso de rescisão do contrato de CDU ou CDRU que seja objeto de garantia em operações de crédito rural, as terras vinculadas a esses contratos poderão ser levadas a leilão público a ser realizado pela instituição financeira credora, para se constituir nova CDU ou CDRU a novo concessionário.

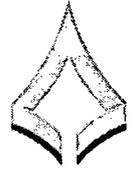
Art. 11 O valor da terra nua para efeito alienação de imóvel rural, seja por meio de escritura pública de compra e venda, ou alienação do direito real de uso por meio da CDRU, será aferido mediante avaliação procedida pela TERRACAP ou pelo Distrito Federal, conforme o caso em conformidade com a metodologia determinada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, levando-se em conta os critérios de dimensão, localização, capacidade de uso, recursos naturais intrínsecos e preço corrente na localidade, deduzindo-se os valores das benfeitorias e acessões correspondentes à abertura de área, conservação e melhoria do solo, tendo como base o valor mínimo por hectare estabelecido na Planilha de Preços Referenciais da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Distrito Federal SR/28 – DFE vigente, atualizada monetariamente nos moldes da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001.

Parágrafo único. O laudo de avaliação de que trata o *caput* deve demonstrar a metodologia do cálculo realizado e, caso demandada, a TERRACAP ou a SEAGRI revisarão os laudos de avaliação realizados, no prazo de até trinta dias corridos, contados a partir do protocolo do requerimento do concessionário.

Art. 12 O valor da retribuição anual da CDU ou da CDRU, citada, respectivamente, no art. 8º, inciso I e inciso II, alínea *a*, mediante retribuição anual, corresponde a cinco décimos por cento sobre o valor da terra nua.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



§ 1º Para fins de aferição do valor de retribuição anual da CDU, será considerado o valor da terra nua por hectare estabelecido na Planilha de Preços Referenciais da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Distrito Federal SR/28 – DFE vigente, atualizada monetariamente nos moldes da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001.

§ 2º Para fins de aferição do valor de retribuição anual da CDRU, mediante retribuição anual será considerado o valor mínimo da terra nua por hectare estabelecido na forma do Art. 11.

§ 3º Não será cobrada retribuição anual da CDU e da CDRU sobre as áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente definidas na forma da Lei.

§ 4º O laudo de avaliação de que trata o parágrafo 2º deve demonstrar a metodologia do cálculo realizado e, caso demandada, a TERRACAP ou SEAGRI revisarão os laudos de avaliação realizados, no prazo de até trinta dias corridos, contados a partir do protocolo do requerimento do concessionário

§ 5º Os valores resultantes da retribuição anual da CDU e da CDRU serão destinados ao Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR e ao Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF, na forma da Lei.

Art. 13 A alienação do direito real de uso, citada no art. 8º, II, *b*, mediante opção do beneficiário efetivada por meio da CDRU, terá seu preço definido no intervalo entre quarenta e sessenta por cento do valor da terra nua, conforme condições estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. O beneficiário poderá efetuar o pagamento da alienação citada no *caput*, em uma das seguintes modalidades:

I – pagamento à vista, com desconto de dez por cento sobre o valor do preço final da avaliação definida no art. 11, aplicado o percentual de CDRU; ou,

II – pagamento parcelado por prazo máximo de trinta anos, com pagamentos anuais, semestrais ou mensais, observadas as seguintes condições:

a) sobre o valor da alienação, aplicado o percentual de CDRU, incidirão os mesmos encargos financeiros adotados para o crédito rural oficial;

b) para agricultores familiares, conforme definidos no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, incidirão os mesmos encargos financeiros adotados para o crédito rural oficial para esta categoria de produtor; e,

c) bônus de adimplemento aplicados sobre o valor da parcela, exclusivamente quando a prestação for paga até a data do vencimento, no percentual de dez por cento para agricultores familiares e de cinco por cento aos demais beneficiários.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



Art. 14 Os beneficiários de terras públicas rurais poderão adquirir a propriedade da terra regularizada nos termos desta Lei, mediante opção formalizada ou constante do contrato da CDRU firmado com a Administração Pública, conforme especificado no art. 8º, inciso III, desde que;

I – a terra esteja com sua situação registral atualizada, com a respectiva individualização e matrícula, nos termos da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

II – ocupem a terra com cultura agrícola ou pecuária, ou preservação ambiental efetiva nos termos do Art. 7º, inciso II;

§ 1º A aquisição será viabilizada por meio de escritura pública de compra e venda e pagamento do valor de avaliação da terra nua, conforme estabelecido no art. 11 desta Lei.

§ 2º A alienação está sujeita, como condição resolutiva, ao ônus previsto no art. 18, da Lei Federal nº 12.024, de 2009, a ser gravado no registro imobiliário.

§ 3º Perderá o título da terra, com a conseqüente reversão da área em favor do Poder Público, o proprietário ou terceiro adquirente que parcelar ou alterar a destinação do imóvel rural.

§ 4º No caso previsto no § 3º, em que haja gravame pendente de garantia de crédito rural, a reversão não afetará o direito da instituição financeira credora com atuação no Distrito Federal, de levar a leilão público seu crédito, para se constituir nova CDRU do imóvel rural a novo concessionário.

Art. 15 O beneficiário de imóvel rural que optar pela aquisição da terra, poderá efetuar o pagamento nas seguintes modalidades:

I – pagamento à vista, com desconto de dez por cento sobre o valor da avaliação da terra nua; ou

II – pagamento parcelado nas seguintes condições:

a) prazo máximo de trinta anos, com pagamentos anuais, semestrais ou mensais;

b) incidência de encargos financeiros na mesma base adotados para o crédito rural oficial; e

c) bônus de adimplemento aplicados sobre o valor da parcela, exclusivamente quando da prestação paga até a data de vencimento, no percentual dez por cento aos agricultores familiares, conforme definidos no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 2006, e de cinco por cento aos demais beneficiários.

§ 1º Aos agricultores familiares, conforme definidos no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 2006, o pagamento parcelado terá a incidência de encargos financeiros na mesma base adotada para o crédito rural oficial para esta categoria de produtor.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



§ 2º Aos beneficiários integrantes do Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - PRO-RURAL/DF-RIDE, que se enquadrarem na concessão de incentivo econômico, conforme definido na Lei nº 2.499, de 1999, as condições para a aquisição serão previstas nas normas regulamentares específicas desse programa.

§ 3º Aos beneficiários do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT, instituído pela Lei nº 1.572, de 1997, as condições para a opção de aquisição, quando parcelada, seguirão o regulamento estabelecido para os agricultores familiares, conforme § 1º deste artigo.

Art. 16 Nos casos de alienação previstos nesta Lei, serão aplicados os índices redutores sobre o valor apurado da terra nua, atendidos os seguintes critérios:

I – ancianidade da ocupação: desconto correspondente a um inteiro e cinco décimos por cento por ano de ocupação da terra pública rural, a contar da data mais antiga, reconhecida pela Administração Pública, em processo administrativo específico, limitado a cinquenta por cento do valor apurado, não considerados períodos inferiores a doze meses; e

II – preservação ambiental: desconto de até vinte por cento sobre a porção de Área de Preservação Permanente e de Reserva Legal, comprovadamente preservada e sobre a área em que conserva, voluntariamente, parcelas da vegetação nativa, nos moldes do art. 44 da Lei Federal nº 12.651, de 2012, na forma do regulamento.

Art. 17 O Distrito Federal e a TERRACAP poderão destinar as terras públicas rurais não regularizadas nos termos desta Lei, alternativamente para:

I – empreendimentos beneficiários do PRÓ-RURAL DF/RIDE, nos moldes da Lei nº 2.499, de 1999;

II – projetos de assentamento de trabalhadores rurais;

III – projetos de crédito fundiário;

IV – constituição de reserva legal, nos moldes previstos na Lei Federal nº 12.651, de 2012; e,

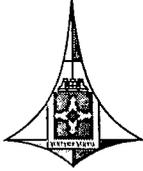
V – alienação ou concessão por meio de licitação pública.

§ 1º As terras públicas rurais não regularizadas, referidas no *caput* são:

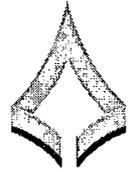
I – as áreas que forem consideradas desocupadas em processo administrativo específico, no âmbito da SEAGRI;

II – as áreas que tenham o pedido de regularização indeferido em razão do ocupante não preencher os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei;

III – as áreas que não tenham o requerimento de regularização protocolado no prazo previsto nesta Lei;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



IV – as áreas que tiverem rescindida a CDU ou a CDRU, à exceção da terra dada em garantia de crédito rural;

V – as áreas que retornarem ao patrimônio público em razão do descumprimento de cláusula resolutiva contratual por parte do beneficiário; e,

VI – as áreas que forem parceladas ou que tiverem o uso rural alterado, independente de procedimento judicial.

§ 2º A destinação de áreas para projetos de crédito fundiário observará a legislação federal e o que dispuser o regulamento desta Lei.

§ 3º As terras públicas rurais não regularizadas, de que trata este artigo serão destinadas prioritariamente aos Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais.

Art. 18 São atribuições da SEAGRI, no âmbito da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais do Distrito Federal, instituída por esta Lei:

I – acolher requerimentos de regularização de ocupações e instruir os correspondentes processos administrativos, com vistas à apuração da legitimidade da ocupação;

II – estabelecer diretrizes básicas para a elaboração e alteração do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU;

III – analisar os Planos de Utilização das Unidades de Produção – PU e suas alterações, emitindo parecer conclusivo;

IV – informar à TERRACAP, quanto às alterações nos Planos de Utilização das Unidades de Produção – PU, relativas às concessões firmadas com aquela Companhia;

V – submeter o processo administrativo de regularização à deliberação do Conselho de Regularização das Áreas Públicas Rurais do Distrito Federal – COREG, instituído pela Lei nº 5.346, de 2014;

VI – atestar a legitimidade da ocupação de terras públicas rurais no âmbito dos processos administrativos de regularização, que preencherem os requisitos do art. 7º;

VII – encaminhar o processo administrativo à TERRACAP, nos casos em que tratar de terras públicas rurais que componham o patrimônio daquela Companhia;

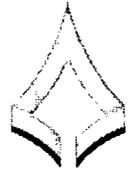
VIII – firmar instrumentos jurídicos vinculativos às terras públicas rurais que componham o patrimônio do Distrito Federal;

IX – firmar, na condição de interveniente, instrumentos jurídicos vinculativos às terras públicas rurais que componham o patrimônio da TERRACAP;

X – promover o acertamento fundiário das terras públicas rurais do Distrito Federal;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



XI – monitorar e fiscalizar o uso e a ocupação das terras públicas rurais de propriedade do Distrito Federal e da TERRACAP, adotando, se necessário, as medidas administrativas descritas no Capítulo VI da Lei Complementar nº 803, de 2009; e,

XII – decidir sobre a destinação das terras públicas rurais não regularizadas, de propriedade do Distrito Federal.

Art.19 São atribuições da TERRACAP, no âmbito da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais do Distrito Federal, instituída por esta Lei, em relação às terras públicas rurais que compõem ou venham a compor o seu patrimônio:

I – promover o acerto fundiário das terras públicas rurais de sua propriedade;

II – instruir os processos administrativos em que for atestada a legitimação de ocupação pela SEAGRI;

III – firmar, com a interveniência da SEAGRI, os instrumentos jurídicos vinculativos, relativos aos processos de regularização fundiária atingidos por esta Lei;

IV – monitorar o uso, a ocupação das terras públicas rurais no território do Distrito Federal;

V – decidir, em conjunto com a SEAGRI, sobre a destinação das terras públicas rurais não regularizadas; e,

VI – realizar a abertura de matrícula individualizada das terras públicas rurais de sua propriedade, de modo a viabilizar a aplicabilidade dos §§ 2º e 3º do art. 8º.

Art.20 São obrigações do beneficiário, em relação à terra rural ocupada, sob pena de indeferimento do pedido de regularização ou de rescisão contratual, conforme o caso:

I – garantir a indivisibilidade, o uso racional e o cumprimento da função social da terra rural;

II – manter as atividades previstas no Plano de Utilização das Unidades de Produção – PU de forma contínua, ressalvadas as situações formalmente justificadas e aceitas pela SEAGRI;

III – não transferir ou substabelecer a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes da concessão outorgada sem a anuência do concedente;

IV – cumprir com as obrigações pecuniárias e demais responsabilidades decorrentes dos instrumentos jurídicos firmados; e

V – efetuar o reembolso ao concedente do Imposto Territorial Rural – ITR atinente à gleba ocupada, referente aos valores recolhidos no período dos últimos cinco anos e dos anos vincendos na vigência contratual, contados da data de notificação pelo concedente.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



Parágrafo único. O indeferimento do pedido de regularização da ocupação e a rescisão contratual serão objeto de decisão fundamentada, independente de interpeleção judicial ou extrajudicial.

Art. 21 Compete à TERRACAP e à SEAGRI, de forma concorrente e complementar, promover o cadastramento de que trata o art. 348, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, no prazo máximo de um ano, contados da data de publicação desta Lei e dar publicidade.

§ 1º O cadastro das terras públicas rurais deve conter, no mínimo, a malha fundiária, seus respectivos ocupantes e a situação de regularização da ocupação.

§ 2º Deverão ser disponibilizadas as informações e cadastros dos processos administrativos pertinentes a esta Lei, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 4.990, de 2012.

Art. 22 É nula de pleno direito a alienação ou concessão de terras públicas rurais em desacordo com o disposto nesta Lei, caso em que as terras reverterão ao patrimônio do Distrito Federal ou da TERRACAP, conforme o caso.

Art. 23 O prazo para requerer a regularização será de até dois anos, a contar da vigência da regulamentação desta Lei.

§ 1º Excetuam-se do prazo estabelecido no *caput*:

I – os casos em que a Administração Pública notificar o ocupante para a regularização, quando o prazo será fixado no documento de notificação;

II – as glebas inseridas em terras públicas rurais desapropriadas em comum, em que a TERRACAP ou o Distrito Federal sejam condôminos, quando a contagem do prazo passa a valer na data da resolução do domínio do imóvel, sendo de:

- a) seis meses, contados da notificação pela Administração ao ocupante, para a regularização; ou
- b) doze meses, contados a partir da publicação, na imprensa oficial, da notificação ao ocupante para a regularização, na hipótese de impossibilidade de cumprimento do inciso anterior.

Art. 24 Os processos administrativos em curso e os contratos de terras públicas rurais vigentes deverão ser adequados aos termos desta Lei.

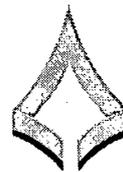
Art. 25 Aplicam-se as disposições do art. 18 da Lei Federal nº 12.024, de 2009, à política instituída por esta Lei.

Art. 26 Nas terras públicas rurais atingidas por esta Lei é permitida a parceria rural, conforme regulamento desta Lei.

Art. 27 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias, contados da data de sua publicação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada TELMA RUFINO



Parágrafo único. Deverão constar do regulamento, entre outras definições:

I – as situações de aplicação dos diferentes instrumentos de regularização elencadas no art. 8º;

II - os casos em que as CDU não poderão ser revertidas em CDRU, conforme estabelecido no art. 8º, § 2º;

III - as situações em que as CDRU poderão ser assinadas diretamente, sem a prévia contratação da CDU;

IV - as situações em que as CDRU poderão ser convertidas em alienação do direito de uso ou alienação da propriedade e seus respectivos prazos e condições;

V – as condições de alienação por meio de escritura pública de compra e venda, sem a prévia contratação de CDRU;

VI - a aplicação dos fatores de redução citados no art. 16, sobre a possibilidade de acumulação e, em caso positivo, o teto final a ser aplicado na redução do preço de avaliação da terra nua.

Art. 28 O Distrito Federal estabelecerá em até cento e oitenta dias da publicação desta Lei, as áreas destinadas para a criação de assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT, instituído pela Lei nº 1.572, de 1997. 

Art. 29 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.689, de 19 de fevereiro de 2001.

Sala das Comissões, em de de 2016.

**Deputada TELMA RUFINO -
RELATORA**